



**Ministério da Economia  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**



**Processo nº** 17515.000744/2004-69

**Recurso nº** Voluntário

**Acórdão nº** 3002-001.246 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Turma Extraordinária

**Sessão de** 12 de maio de 2020

**Recorrente** KARSTEN S.A.

**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS**

Data do fato gerador: 04/12/2001

ADMISSÃO TEMPORÁRIA. EXTINÇÃO DO REGIME. DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHECE REEXPORTAÇÃO. EXTINÇÃO EXECUÇÃO FISCAL DOS IMPOSTOS VINCULADOS. REFLEXOS.

Considerando-se haver decisão judicial transitada em julgado no processo de Embargos à Execução nº 2005.72.05.002118-0, opostos na Execução Fiscal nº 2005.72.05.001244-0, a qual considerou comprovada a reexportação dos bens submetidos ao regime de admissão temporária e, por isso, julgou extinta a cobrança executiva do II e do IPI vinculado, há que se reconhecer que a mesma tem reflexos no presente processo, pois as multas lavradas decorreram da consideração de situação fática diversa pela fiscalização, isto é, a de que havia ocorrido a nacionalização dos bens submetidos aquele regime.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário.

*(assinado digitalmente)*

Larissa Nunes Girard - Presidente.

*(assinado digitalmente)*

Carlos Alberto da Silva Esteves - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Larissa Nunes Girard (Presidente), Maria Eduarda Alencar Câmara Simões, Sabrina Coutinho Barbosa e Carlos Alberto da Silva Esteves.

## Relatório

Por bem retratar as vicissitudes do presente processo, transcreve-se o relatório do Acórdão recorrido:

*"Por meio do Auto de Infração de fls. 84 a 94 exige-se da contribuinte acima qualificada a multa de 10% do II, por inexistência de fatura comercial; a multa de 50% do II, pelo não retorno ao exterior, no prazo fixado, de bens ingressados sob o regime de admissão temporária; além da multa de ofício de 100% incidente sobre os tributos suspensos no respectivo regime aduaneiro, que se encontravam consubstanciados em termo de responsabilidade.*

*Às fls. 88 a 90 a autoridade lançadora descreve os fatos que ensejaram a exigência das penalidades em comento, apresentando o enquadramento legal aplicável.*

*Cientificada da presente exação, a interessada ingressa com a impugnação de fls. 99 a 106, acompanhada dos documentos de fls. 107 a 176, para arguir que não procede a autuação em tela, pois as Declarações de Exportação -DDE's nº 2020009537/4, 2020012810/8, 2020017005/8 e 2020017014/7- e respectivos Registros de Exportação -RE's nº 02/0004181- 001, 02/0011010-001, 02/0016252-001 e 02/0016304/001-, bem como o requerimento protocolado em 07.03.2002, solicitando a baixa do regime de admissão temporária, comprovam que providenciou a extinção do regime dentro do prazo de sua vigência.*

*Aduz que os documentos acima citados demonstram que os cabides e os marcadores foram efetivamente devolvidos ao país de origem. Para corroborar sua afirmação, a autuada junta declaração firmada pelo destinatário das mercadorias no exterior, onda informa as ter recebido. Prossegue aduzindo que não procede a alegação do fisco (.1 unto à impossibilidade de se efetuar a extinção do regime que estavam sujeitas as mercadorias pelo fato de terem sido exportadas sob a modalidade de regime comum de exportação , não de reexportação uma vez que nos respectivos registros de exportação consta a informação, de que juntamente com a mercadoria exportada (toalhas de praia) seguiam as mercadorias admitidas no regime de admissão temporária de que tratava a DSi nº 01/1180062-0, registrada em 04.12.2001.*

*Entende que suposto descumprimento de obrigações acessórias não tem o condão de alterar o fato concreto, qual seja, da efetiva reexportação das mercadorias admitidas em regime, dentro do prazo fixado no respectivo termo de responsabilidade.*

*Por fim, salienta que, além dos fundamentos acima elencados, que por si só torna incabível qualquer pretensão do fisco quanto à exação ora impugnada, o percentual da multa isolada aplicável em virtude do não pagamento dos valores devidos no termo de responsabilidade nº 121/01 é de 75%, e não de 100% como exigida pela fiscalização, conforme dispõe a legislação de regência, devendo referida exação ser cancelada por ausência de fundamento legal.*

*Ademais, sustenta que a exigência simultânea de multa proporcional e multa isolada caracteriza excesso de exação, situação não amparada pelo ordenamento jurídico, pois tal circunstância fere o direito de propriedade assegurado pelo art. 5º, caput e inciso XXII da CF/88, bem como ao princípio do não confisco de que se refere o art. 150, inciso IV, também da CF/88, além dos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade.*

*Dianete do exposto, requer o cancelamento do auto de infração em apreço, por entender que lhe falta suporte fático e legal capaz de lhe dar sustentação, uma vez que a III reexportação foi efetivada antes do término do prazo de permanência dos bens no regime e admissão temporária."*

Em sequência, analisando as argumentações e os documentos da contribuinte, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis (DRJ/FNS) julgou procedente em parte a Impugnação, por decisão que possui a seguinte ementa:

**ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS**

*Data do fato gerador: 04/12/2001*

**ADMISSÃO TEMPORÁRIA. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PARA A EXTINÇÃO IRREGULAR DO REGIME. CABIMENTO DAS PENALIDADES DECORRENTES DO NÃO CUMPRIMENTO DO REGIME.**

*Verificado que a beneficiária não adotou as providências legais e regulamentares para a extinção do regime aduaneiro especial de admissão temporária, antes de expirado o prazo de permanência dos bens no território aduaneiro, uma vez que não procedeu ao pedido de reexportação das respectivas mercadorias e nem possibilitou sua verificação física pela autoridade aduaneira competente para proceder à extinção do regime e concomitante baixa do termo de responsabilidade, tornam-se inexigíveis as penalidades aplicadas.*

**MULTA DE OFÍCIO. PERCENTUAL APLICÁVEL. 75% DO II E IPI VINCULADO. REDUÇÃO.**

*A multa de ofício do II e do IPI vinculado deve ser revista de ofício e alterada para o percentual de 75 %, tendo em vista o disposto na norma legal aplicável vigente à época do fato gerador.*

**MULTA PELO NÃO RETORNO AO EXTERIOR, MERCADORIA PRESUMIDA COMO INTERNADA PARA CONSUMO. NÃO CABIMENTO.**

*Não se cogita da exigência de multa pelo não retorno ao exterior de bens ingressados sob o regime de admissão temporária quando a mercadoria não foi reexportada na forma da lei, uma vez que resta caracterizada a presunção de sua internação sob a modalidade de regime comum de importação.*

*Lançamento Procedente em Parte*

Intimada dessa decisão, a contribuinte apresentou Recurso Voluntário (fl. 201/208), no qual requereu a reforma do Acórdão recorrido, em linhas gerais, repisando os argumentos de defesa já manifestados e acrescentando que foram opostos Embargos à Execução no processo de Execução Fiscal nº 2005.72.05.001244-0, cobrança do II e do IPI vinculado, os quais foram julgados procedentes, com a consequente extinção da execução.

Posteriormente, consta dos autos petição da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (fl. 266/269), que informou o manejo de Apelação contra a decisão de primeira instância, recebida com duplo efeito, e que esta continuava pendente de decisão, devendo-se,

portanto, manter o crédito tributário lançado. A PGFN acrescentou, ainda, que as multas sob análise teriam sido lançadas por descumprimento de obrigações acessórias e, sendo assim, não haveria vinculação dessas obrigações descumpridas com a obrigação principal.

É o relatório, em síntese.

## Voto

Conselheiro Carlos Alberto da Silva Esteves - Relator

O direito creditório envolvido no presente processo encontra-se dentro do limite de alcada das Turmas Extraordinárias, conforme disposto no art. 23-B do RICARF.

O Recurso Voluntário é tempestivo e preenche os requisitos formais de admissibilidade e, portanto, dele tomo conhecimento.

Como já relatado, trata-se de Auto de Infração, lavrado com a finalidade de formalizar a exigência de multa de multa isolada, multa por falta de fatura comercial e multa por não ter ocorrido a reexportação dentro do prazo estabelecido de mercadorias submetidas ao regime de admissão temporária. A instância *a quo* decidiu reduzir o percentual da multa de ofício para 75%, manter a multa por falta de fatura e exonerou o crédito tributário relativo à não ocorrência da reexportação, conforme se constata no excerto do voto condutor do Acórdão recorrido:

*"No que toca a autuação em tela, percebe-se que não foram feitas exigências atinentes aos tributos aduaneiros incidentes, uma vez que, a teor do que dispõe o art. 8º e § 2º, da IN/SRF nº 150/99, tais exações estavam devidamente consubstanciadas em Termo de Responsabilidade (TR)."*

*Restando amplamente demonstrada a não extinção do regime, as mercadorias, passam a ter tratamento próprio daquelas importadas mediante despacho para consumo (importação comum), o que torna exigível a apresentação de fatura comercial por se tratar de documento obrigatório de instrução do despacho aduaneiro de importação, nos termos do art.425 do Regulamento Aduaneiro vigente à época, aprovado pelo Decreto riº 91.030/85.*

*Conseqüentemente, em caso de ausência da fatura, torna-se devida a multa pela sua inexistência, conforme capitulação dada pelo art. 521, inciso III, alínea "a", do RA/85.*

*Dante do não recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação no momento do vencimento do prazo da admissão temporária e perante a não extinção do regime especial, ocorreu a hipótese tipificada no art. 44, I, da Lei n.º 9.430/96; no entanto, assiste razão a impugnante quando aduz que está equivocada a cobrança da multa no percentual de 100% (cem por cento) dos tributos exigidos, conforme atribuiu a autoridade lançadora, uma vez que a citada norma legal fixa para a infração o*

*percentual de 75% (setenta e cinco por cento), razão pela qual impõe sua redução para o montante de R\$ 16.715,01.*

*A multa pelo não retorno ao exterior de bens ingressados sob o regime de admissão temporária, prescrita no art. 521, inciso II, alínea "b", do RA/85, visa penalizar o descumprimento do prazo de reexportação.*

*No caso sob exame, com a constatação do esgotamento do prazo para cumprimento do regime sem que a beneficiária tenha providenciado sua regular extinção, cabe inferir pela nacionalização da mercadoria, devendo ao Fisco exigir os impostos e demais gravames decorrentes da sua importação irregular, o que impede a cobrança da multa pelo não retorno ao exterior uma vez que a operação passou a ser considerada como de importação comum e não mais como de admissão temporária (art. 16, § 4º, da IN/SRF n.º 150/99).*"

(grifo nosso)

Dessa forma, permanecem sob litígio a multa de ofício de 75%, calculada sobre o II e IPI vinculado cobrados através da execução do Termo de Responsabilidade, e a multa por não ter sido apresentada a fatura comercial.

De pronto, tendo-se dado conta da existência de Embargos à Execução propostos na Execução Fiscal que intentava cobrar os valores garantidos através do Termo de Responsabilidade, firmado quando da entrada dos bens submetidos ao regime de admissão temporária, deve-se perquirir sobre o desenrolar daquela ação judicial, devido aos possíveis reflexos que a decisão lá prolatada pode ter neste processo administrativo.

Portanto, por oportuno, transcreve-se as decisões judiciais exaradas no processo de Embargos à Execução nº 2005.72.05.002118-0, extraídas no sitio da internet do Tribunal Regional Federal da 4<sup>a</sup> Região:

### ***DECISÃO DE 1<sup>a</sup> INSTÂNCIA:***

#### ***DISPOSITIVO***

*DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE o pedido constante dos embargos à execução fiscal opostos por KARSTEN S/A.: em face d UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, para o fim de decretar a inexigibilidade dos créditos cobrados nos autos da execução fiscal nº 2005.72.05.001244-0, extinguindo o processo com fulcro no art. 269, inciso I, em relação ao crédito cobrado nas CDAs que compõem aquele executivo fiscal.*

*Por conseguinte, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO FISCAL nº 2005.72.05.001244-0. Após o trânsito em julgado, levante-se a penhora e arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.*

*Condeno a Embargada no pagamento- dos honorários advocatícios, os quais fixo em dez por cento (10%) sobre o valor dado aos presentes embargos, devidamente atualizado (verbete sumular 14 do STJ).*

*Embargos sem custas (art. 7º da Lei nº 9.289/96).*

*Traslade-se cópia desta sentença para os autos da execução fiscal nº 2005.72.05.001244-0.*

*Eventual recurso interposto será recebido no duplo efeito (art. 520, caput: ,CPC), valendo o presente como recebimento do mesmo em caso de*

*preenchimento dos pressupostos de admissibilidade. Preenchidos estes, dê-se vista à parte 'contrária para apresentação de contra-razões, desapensando-se os autos para posterior remessa ao TRF da 4a Região.*

*Sentença sujeita a reexame necessário (art. 475, II, CPC).*

**APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO:**

*ORIGEM: SC 200572050021180*

*RELATOR-:-Des. Federal JOEL ILAN PACIORNICK*

*PRESIDENTE-:-ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA*

*PROCURADOR-:-Dr. Marcelo Beckhausen*

*SUSTENTAÇÃO ORAL-:-videoconferência pela Dra. Fabiana Montibeller,  
representante de Karsten S/A*

*APELANTE-:-UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)*

*ADVOGADO-:-Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional*

*APELADO-:-KARSTEN S/A*

*ADVOGADO-:-Julio Cesar Krepsky e outros*

*REMETENTE-:-JUÍZO SUBSTITUTO DA VF CRIMINAL EXEC. FISCAIS E  
JEF CRIMINAL DE BLUMENAU*

*Certifico que este processo foi incluído na Pauta do dia 02/12/2009, na sequência 8, disponibilizada no DE de 20/11/2009, da qual foi intimado(a) UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL), o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e as demais PROCURADORIAS FEDERAIS.*

*Certifico que o(a) 1<sup>a</sup> TURMA, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:*

*A TURMA, POR UNANIMIDADE, DECIDIU NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO E À REMESSA OFICIAL.*

Como se percebe das decisões judiciais transcritas, a execução fiscal que visava a cobrança dos valores do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados vinculado foi extinta. Por outro lado, da fundamentação do julgado de 1º grau, mantida pelo Tribunal Regional quando da apreciação da Apelação, verifica-se que a admissão temporária foi considerada concluída corretamente através da reexportação dos bens:

*"Tenho que esta, a reexportação, se verificou.*

*Os documentos trazidos em anexo à inicial são conclusivos neste sentido, informando a ocorrência do reenvio das mercadorias ao país de origem, dentro do prazo legal. Tais documentos foram novamente trazidos aos autos às fls. 328/382.*

*A referida documentação contém declarações de exportações e registros de exportações a ela vinculadas (DDE n.º 2020009537/4 — RE 02/0004181-001, DDE n.º 2020012810/8 — RE 02/0011010-001, DDE n.º 2020017005/8 — RE 02/0016252-001 e DDE 2020017014/7 — RE 02/0016304-001), sendo certo*

*que nestas constam a informação de que as mercadorias (cabides e marcadores), estavam sendo reenviadas ao país de origem, havendo expressa menção, ainda, ao motivo e forma pelos quais aquelas ingressaram em Território Nacional, ou seja, através de Declaração Simplificada de Importação n.º 01/1180062-0 de 04/12/2001.*

***Assim, ao ver deste Magistrado, não há dúvidas de que houve o reenvio das mercadorias referidas ao País de origem(...)"***

(grifo nosso)

A sentença de extinção da Execução Fiscal transitou em julgado em 16 de setembro de 2010, conforme informação atestada pela secretaria da Vara de Execuções Fiscais e Criminal e JEF Criminal Adjunto de Blumenau.

Sendo assim, diferentemente do postulado pela Procuradoria da Fazenda em sua petição, a meu sentir, não há como não reconhecer a vinculação das multas lançadas através do Auto de Infração sob análise ao *decisum* judicial, tendo em vista que elas se sustentam em situação diversa daquela que fundamentou a resposta jurisdicional.

Dito de outra maneira, tendo-se em conta que a fiscalização considerou que não havia sido comprovada a reexportação dos bens submetidos ao regime aduaneiro de admissão temporária e, por isso, presumiu que os bens haviam sido dados a consumo, procedeu como consequência a lavratura da multa de ofício pelo não pagamento dos tributos e da multa administrativa pela falta de apresentação da fatura comercial. Contudo, restando decidido pelo Poder Judiciário que foi comprovada devidamente a reexportação, não é cabível a manutenção das multas lançadas como se estivéssemos diante de uma importação comum.

Não tendo o fato real se subsumido ao tipificado na legislação, não há que se falar em aplicação das sanções previstas.

Desse modo, por todo o exposto, voto no sentido de dar provimento ao Recurso Voluntário.

*(assinado digitalmente)*

Carlos Alberto da Silva Esteves